

***PARA ALÉM DAS FRONTEIRAS DO GRÃO-PARÁ:*** o peso das relações entre as províncias no xadrez da independência (1822-1825)<sup>1,2</sup>

***BEYOND THE BORDERS OF GRÃO-PARÁ:*** the weight of the relations among the provinces in the independence chess (1822-25)

***MÁS ALLÁ DE LAS FRONTERAS DE GRAN PARÁ:*** el peso de las relaciones interprovinciales en el proceso independentista (1822-1825)

ANDRÉ ROBERTO DE A. MACHADO

Professor Doutor / Universidade Federal de São Paulo

São Paulo / SP - Brasil

[andre.machado@unifesp.br](mailto:andre.machado@unifesp.br)

**Resumo:** Tendo o Grão-Pará como centro de análise, este artigo busca demonstrar que as decisões políticas no período da independência tinham uma lógica mais ampla do que as fronteiras provinciais. Dessa forma, busca jogar luz na construção anterior de relações políticas e econômicas entre as províncias vizinhas, identificando o peso e os limites que as relações de dependência e hierarquia tiveram nesse momento. O recorte até 1825 dá-se, justamente, porque as circunstâncias políticas nas províncias vizinhas, sobretudo o Maranhão, são um dos fatores que põem em dúvida o destino político do Pará mesmo após o seu alinhamento oficial ao governo do Rio de Janeiro.

**Palavras-chave:** Independência. Grão-Pará. Território.

**Abstract:** Considering Grão-Pará as center of analysis, this article intends to demonstrate that the political decisions in the period of the independence had a wider logic than the provincial borders. In that way, it tries to shed light on the previous construction of political and economical relations among the neighboring provinces, identifying the weight and the limits that these relations of dependence and hierarchy had on that moment. The cutting until 1825 occurs exactly because the political circumstances in the neighboring provinces, especially in Maranhão, are one of the factors which bring into question the political destiny of Pará even after its official alignment to the government of Rio de Janeiro.

**Keywords:** Independence. Grão-Pará. Territory.

**Resumen:** Teniendo Gran Pará como centro de análisis, este artículo busca mostrar que las decisiones políticas en el período independentista tenían una lógica más amplia que las fronteras provinciales. Así, aquí se busca iluminar el proceso de construcción de las relaciones políticas y económicas entre las provincias vecinas, identificando el peso y los límites que estas relaciones de dependencia y jerarquía tuvieron en ese momento. El recorte temporal de 1822 a 1825 se propone porque las circunstancias políticas en las provincias vecinas, sobre todo Maranhão, son uno de los factores que pone en duda el destino político de Pará, incluso después de su alineamiento oficial con el gobierno de Río de Janeiro.

**Palabras-clave:** Independencia. Gran Pará. Territorio.

<sup>1</sup> Uma parte deste artigo, em versão preliminar e com sua análise restrita até 1823, foi publicada nos *Anais do Seminário 190 anos das independências na América*.

<sup>2</sup> Artigo submetido à avaliação em junho de 2015 e aprovado para publicação em novembro de 2015.

### **Entre a unidade territorial e a absoluta dispersão: uma desconstrução histórica**

Em agosto de 1822, começou a circular o manifesto de D. Pedro enviado às províncias, no qual pedia a “união do Amazonas ao Prata” e que não se ouvisse outro grito que não fosse “independência”.<sup>3</sup> O conjunto do documento e o uso de alguns termos deixam claro o aumento da tensão política nos dois lados do Atlântico do Império Português.

Isso, evidentemente, obrigava os homens a fazer prognósticos sobre qual seria o desenlace dessa crise. Exatamente nesse mesmo período, o cônsul francês Albert Roussin apostava que, se o Reino do Brasil rompesse com Lisboa, não era provável o surgimento de um único Estado independente, em razão da diversidade de interesses. Ao invés disso, imaginava o nascimento de vários países criados por unidades regionais do antigo território, com a união de províncias que se organizariam por uma lógica espacial que levaria em conta, entre outras coisas, o trânsito das mercadorias e a necessidade de escoá-las para o mar.<sup>4</sup>

A análise de Roussin é importante porque vislumbrava possibilidades de desenlace da crise do Antigo Regime português, caso houvesse a ruptura com Lisboa, em arranjos distintos dos consagrados, em geral, pela historiografia: se não enxergava uma unidade territorial, por outro lado ia além da ideia de completa dispersão dos antigos domínios coloniais. Ou seja, não via as províncias como isoladas entre si.

Sobre essas duas perspectivas, hoje na bibliografia especializada já está praticamente superada a relação mecânica entre os antigos espaços coloniais e as fronteiras dos futuros Estados Nacionais.<sup>5</sup> No caso específico do Brasil, sabe-se que os contemporâneos tinham dúvidas sobre a capacidade do Rio de Janeiro em incorporar todos os territórios coloniais portugueses na América, ao mesmo tempo em que a anexação de partes da África era livremente debatida na imprensa ao longo do início da década de 1820.<sup>6</sup> A própria atuação dos deputados americanos nas Cortes de Lisboa deixou explícito como os interesses

---

<sup>3</sup> Manifesto do Príncipe Regente aos brasileiros (1 de agosto de 1822). In: BONAVIDES, P.; AMARAL, R. (Org.). *Textos políticos da história do Brasil*. 3. ed. Brasília: Senado Federal, 2002, v. 1, doc. 53.11.

<sup>4</sup> WISIAK, Thomas. *A nação partida ao meio: tendências políticas na Bahia na crise do império luso-brasileiro*. 2001. 181 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

<sup>5</sup> Entre outros, veja de PIMENTA, João Paulo Garrido. *Estado e nação na crise dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: Hucitec, 2002; NOVAIS, Fernando A. Condições de privacidade na colônia. In: \_\_\_\_\_. *História da vida privada no Brasil*, v. 1: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Isto não quer dizer, no entanto, que o território e, sobretudo, as representações cartográficas sobre os territórios coloniais não tenham sido usadas para dar uma ideia de unidade durante a construção dos Estados Nacionais na América. Sobre isto, veja o estudo recente de KANTOR, Iris. Mapas em trânsito: projeções cartográficas e processo de emancipação política do Brasil (1779-1822). *Araucária: Revista Iberoamericana de Filosofia, Política y Humanidades*, n. 24, ano 12, p. 110-123, 2010.

<sup>6</sup> MACHADO, André Roberto de A. *A quebra da mola real das sociedades: a crise política do Antigo Regime português na província do Grão-Pará (1821-25)*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2010. cap. 1.

provinciais eram muito mais nítidos do que uma ideia de Brasil.<sup>7</sup> Aliás, mesmo na constituinte de 1823, deputados defendiam abertamente que, antes da ruptura com Lisboa, a palavra Brasil apenas indicava um lugar geográfico, sem qualquer sentido de unidade política.<sup>8</sup>

Se a ideia de unidade do território brasileiro às vésperas da independência foi desconstruída, curiosamente, persiste a perspectiva historiográfica que reconstrói esse período tendo as fronteiras provinciais como molde. Nessa direção, é como se os acontecimentos e as disputas políticas desse período estivessem "ilhados" no que se entendia como Pará, Maranhão ou Bahia. As explicações para a força dessa construção histórica são de duas ordens. A primeira é a própria consolidação das chamadas "histórias regionais", ação que foi até mesmo incentivada pelo IHGB no século XIX.<sup>9</sup> Essa tradição cultivada desde a vida escolar e com grande peso também no ensino superior tem o mérito de questionar os grandes modelos explicativos da chamada história nacional, mas reproduz sua lógica nas novas gerações, que enxergam as fronteiras dessas províncias como o contorno da realidade.

Além da consolidação dessa historiografia, outro motivo para construir as narrativas desse período nesses moldes está na afirmação de alguns historiadores de que, às vésperas da independência, as províncias estavam desconectadas, como resultado de uma política de longo prazo do Império português. Luiz Felipe de Alencastro, por exemplo, utilizou as poucas trocas comerciais do período como prova do isolamento das províncias entre si.<sup>10</sup> Já Márcia Berbel também fez esse tipo de afirmação, certamente influenciada pelos discursos dos deputados americanos nas Cortes de Lisboa.<sup>11</sup> As avaliações de Alencastro e Berbel inserem-se na importante desconstrução da ideia de unidade do território dos domínios portugueses às vésperas da independência, para qual deram relevante contribuição. Entretanto, há um exagero em supor que as províncias estavam "ilhadas", cada qual apenas se reportando à Corte, seja na Europa, seja no Rio de Janeiro.

Na verdade, as províncias tinham relações entre si, políticas e econômicas que criaram laços mais sólidos ou mais frágeis, mas que tiveram um papel importante na lógica dos acontecimentos do início da década de 1820. Para entender a importância disso, basta

<sup>7</sup> BERBEL, Márcia Regina. *A nação como artefato: os deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas de 1821-22*. São Paulo: Hucitec, 1999; Id. *A retórica da colonização*. In: JANCSÓ, István (Org.) *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2005. p. 791-808.

<sup>8</sup> RODRIGUES, José Honório. *A Assembleia Constituinte de 1823*. Petrópolis: Vozes, 1974. p. 57-8.

<sup>9</sup> Entre outros, veja de GUIMARÃES, Manuel Luis Salgado. *Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e projeto de uma história nacional*. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988; e de ARAÚJO, Valdeci Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-45)*. São Paulo: Hucitec, 2008.

<sup>10</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Vida privada e ordem privada no Império*. In: \_\_\_\_\_ (Org.) *História da vida privada*, v. 2 – Império: a Corte e a modernidade nacional. São Paulo: Cia das Letras, 1997. p. 12-23.

<sup>11</sup> BERBEL, *A nação...* op. cit., p. 31-57.

retomar um dos aspectos mais célebres da obra de Benedict Anderson: as chamadas “rotas de peregrinação”.<sup>12</sup> Autor de uma das mais influentes obras no debate sobre a formação dos Estados Nacionais, Anderson insistiu que o caminho recorrente dos homens pelo interior do território, seja em razão de trocas econômicas, na busca por justiça, pela formação intelectual ou outras atividades, criava marcas, “rotas de peregrinação” que ajudariam a entender o contorno dos Estados Nacionais.

Os domínios coloniais espanhóis na América foram bastante explorados por Anderson, pois é possível encontrar correspondências entre os Estados Nacionais que emergiram no século XIX e essas peregrinações. Significativamente, contudo, Anderson se cala nesse aspecto em relação à América Portuguesa. Provavelmente, isso se dá porque a única rota realmente integradora dessa região, que abarcava todo o território da América Portuguesa, era a que levava à metrópole. Contudo, o que se quer demonstrar neste artigo é que a proposição de Anderson também é fértil para pensar a formação do Império do Brasil, ainda que não pelas razões que ele tinha imaginado originalmente.

No caso da colonização da América Portuguesa, a ideia de “rotas de peregrinação” não ajuda a explicar a manutenção do território colonial no Estado independente, mas contribui para o seu inverso: demonstra o quanto foi complexo esse fenômeno. Isso porque, se é verdade que não houve uma única “rota de peregrinação” unindo todo o espaço colonial, é igualmente correto afirmar que existiram várias delas concomitantemente. Ou seja, na América Portuguesa existiam vários centros e periferias, com suas áreas de influência organizadas a partir das grandes cidades da colônia.

Em alguma medida, isso já está apontado no artigo “Peças de um Mosaico” de István Jancsó e João Paulo Pimenta. Apesar de dialogar e reelaborar as ideias de Anderson, Jancsó e Pimenta demonstram que a percepção de que a América Portuguesa tinha vários centros e periferias já estava consagrada em obras mais antigas. Dessa forma, lembram que o próprio Fernand Braudel, ao tentar explicar a hierarquização dos espaços em torno das cidades para as quais convergiam os fluxos comerciais e de pessoas, utilizava justamente a colonização portuguesa na América como exemplo.<sup>13</sup> Na perspectiva de Braudel, as grandes cidades da colonização lusa na América, nomeadamente o Recife, Salvador e o Rio de Janeiro, eram polos para onde convergiam e em torno do qual se organizavam as comunidades

---

<sup>12</sup> ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

<sup>13</sup> JANCÓS, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.) *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. Formação: Histórias. 2. ed. São Paulo: Editora Senac, 2000. p. 137-138;

do interior do continente, sendo essas cidades também a porta para o escoamento para o comércio com o exterior.<sup>14</sup>

É verdade que trabalhos anteriores também exploraram como essas "rotas de peregrinação" na América Portuguesa atavam interesses que iam para além das fronteiras provinciais. Certamente, nesta direção um dos livros mais relevantes continua sendo o de Alcir Lenharo que, desdobrando as ideias de Maria Odila Dias, demonstrou como a conexão de interesses econômicos entre o sul de Minas Gerais e a Corte expressaram-se também em ações políticas decisivas no período da independência e já durante o Império.<sup>15</sup> Contudo, é preciso notar que se Lenharo aponta que o comércio de abastecimento de Minas Gerais para o Rio de Janeiro já tinha vulto no século anterior, apoiando-se nos estudos de Maxwell, não resta dúvida para o autor que esse processo só ganha as dimensões que conhecemos após a chegada da família real. Nesse sentido, o trabalho de Alcir Lenharo é menos a demonstração do estabelecimento de laços entre as províncias durante a colonização e muito mais a tentativa de dar concretude à ideia de uma "interiorização da metrópole". Desse modo, acaba ganhando ares de um fenômeno único, pois se trata de um alargamento de zona de influência a partir da Corte, algo que não poderia ser repetido em outras partes do continente.<sup>16</sup>

Ao contrário disso, este artigo pretende demonstrar um fenômeno histórico mais amplo e recorrente. Nessa direção, observando a história do Grão-Pará, é perceptível a criação desses laços nos territórios das capitanias vizinhas, bem como a influência que essa lógica territorial teve nos processos políticos do período da independência, inclusive depois do alinhamento da província ao governo do Rio de Janeiro. Nas páginas a seguir, este artigo pretende demonstrar como a disputa política dos homens desse período vislumbrava arranjos que iam muito além das fronteiras provinciais.

### **As fronteiras do cotidiano: os caminhos dos homens e das mercadorias**

Até o ano de 1839, jamais existira qualquer meio de comunicação rápida e regular entre a Capital e as regiões afastadas do Império, especialmente as do extremo norte. Poucas eram as casas comerciais do Rio de Janeiro que mantinham correspondentes

---

<sup>14</sup>BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*, v. 3: o tempo do mundo. Tradução: Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 395.

<sup>15</sup> LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*. 2. ed. Rio de Janeiro: Prefeitura do RJ, 1992. A dissertação de mestrado de Lenharo que deu origem a este livro estava integrada a um trabalho de pesquisa coletivo liderado por Maria Odila Silva. Não é por acaso que "Tropas da Moderação" dialoga diretamente com a tese sobre a "interiorização da metrópole", lançada por Maria Odila poucos anos antes. Ver DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da Metrópole*. In: \_\_\_\_\_. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2005.

nos portos situados além de Pernambuco, e, não raramente, notícias políticas do Maranhão e do Pará chegavam à Corte, via Grã-Bretanha ou Estados Unidos, em tempo mais curto que se enviadas diretamente.<sup>17</sup>

Uma das dificuldades mais comuns para se avaliar corretamente os impasses a que estavam submetidos os homens no período da independência é a nossa pouca clareza sobre as vias de comunicação no antigo território colonial português na América. Afinal, o território era imenso e as condições naturais determinantes tanto para facilitar a possibilidade de caminhos que uniam territórios em rotas de homens e mercadorias, como para dificultar a comunicação entre partes desse continente.

O trecho acima, escrito na década de 1840 pelo missionário americano Daniel P. Kidder, demonstra como décadas após a independência as comunicações entre a sede do Império do Brasil e províncias como o Pará e o Maranhão eram rarefeitas e difíceis. Também após a independência, no Parlamento, há queixas constantes em relação ao tempo para obter respostas de autoridades do extremo norte, que poderiam levar quase um ano.<sup>18</sup> Evidentemente, essa imensa demora punha em xeque o próprio controle do governo central sobre aquele território. Isso foi observado, por exemplo, pelo viajante inglês Lister Maw como uma das razões para que os indígenas do Pará não pudessem contar com a proteção de leis definidas na Corte: afinal, a imensa distância transformava essa legislação em letra morta.<sup>19</sup> Somada às dificuldades de controle político, havia também um importante aspecto econômico: como mencionado por Kidder, havia poucas trocas econômicas do Pará com o sul do Império do Brasil. Aliás, o movimento dos portos no final da década de 1820 mostra que esse comércio era irrisório, enquanto Portugal seguia sendo a principal origem dos navios que vinham para a província, dependendo desses negócios a saúde econômica da província.<sup>20</sup>

As razões para isso estavam longe de ser aleatórias. Como lembram vários historiadores, as correntes marítimas tornavam difícil a ligação entre o norte da América

---

<sup>17</sup> KIDDER, Daniel P.. *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do norte do Brasil*. Tradução de Moacir Vasconcelos. São Paulo: 1980. p. 17.

<sup>18</sup> Exemplo disso está em *Anais do Parlamento Brasileiro*. Câmara dos senhores deputados. Sessão de 1826. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, 1874. Em 27 de maio.

<sup>19</sup> MAW, Henrique Lister. *Narrativa da passagem do Pacífico ao Atlântico através dos Andes nas províncias do norte do Peru e descendo pelo rio Amazonas até o Prata*. Manaus: Associação Comercial do Amazonas, 1989. p. 290-291. Na mesma direção, o deputado pelo Pará, D. Romualdo Seixas, alegava que era necessário garantir melhorias na comunicação com o extremo norte como forma de controlar os presidentes de província. *Anais do Parlamento Brasileiro*. Câmara dos senhores deputados. Sessão de 1826. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, 1874. Em 29 de julho.

<sup>20</sup> PINHEIRO, Luís Balkar Sá P. *Nos subterrâneos da revolta: trajetórias, lutas e tensões na Cabanagem*. 1998. Tese (Doutorado em História) – PUC, São Paulo, 1998. p. 179-180; Arquivo Público do Estado do Pará [doravante, APEP] – Códice 869, d. 10, em 11 de agosto de 1828; APEP – Códice 870, d. 49, em 08 de abril de 1829.

Portuguesa e o sul do continente até o advento do barco a vapor.<sup>21</sup> Em vários estudos sobre a independência no Pará, lembra-se de que essa dificuldade de comunicação foi um argumento central para os grupos que defendiam a manutenção dos laços com Lisboa e recusavam alinhar-se ao governo de D. Pedro.<sup>22</sup>

Contudo, há um elemento menos óbvio decorrente dessas dificuldades de comunicação entre as regiões do Pará e Maranhão e o sul dos domínios portugueses na América: isso orientou as ações da colonização que organizaram o território e consolidaram ao longo de séculos relações de centro e periferia que terão peso no período da independência. Nesse sentido, é quase impossível pensar a história do Grão-Pará de maneira isolada, uma vez que as ações do Império Português sempre ataram o seu destino a um conjunto territorial mais amplo. Vale lembrar que em mais de 150 anos o Grão-Pará fez parte de uma unidade política distinta do Estado do Brasil: de 1621 até 1750, esse território foi conhecido como Estado do Maranhão e Grão-Pará, com sede em São Luís. Em 1750, em uma das ações mais significativas do governo de Pombal, essa região passou por uma série de reformas, a começar pela própria reorganização espacial. Cria-se, assim, o novo Estado do Grão-Pará e Maranhão, agora com sede em Belém.<sup>23</sup>

A existência desse Estado e a própria escolha das capitais eram fundadas na intenção de promover justamente a sinergia dos espaços, racionalizar os deslocamentos de homens e mercadorias. Ou seja, tudo que iria fomentar aquilo que posteriormente Benedict Anderson chamou de “rotas de peregrinação”. A própria escolha de Belém para capital do Estado seguia a ambição de Pombal de melhorar a comunicação interna, apostando que o lugar privilegiado de Belém na rede hidrográfica do continente tornaria melhor o contato com o interior.<sup>24</sup> Nítida estava a preocupação em criar caminhos para o centro do continente, na região de Goiás e Mato Grosso, ação complementada por decisões comerciais da Companhia Monopolista criada pelo poderoso ministro.<sup>25</sup>

<sup>21</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Cia das Letras, 2000. p. 57-63.

<sup>22</sup> Entre outros, veja de COELHO, Geraldo Mártires. Onde fica a Corte do Senhor Imperador? In: JANCSÓ, István (Org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec, 2003. p. 277.

<sup>23</sup> Sobre as reformas de Pombal nessa região veja, entre outros, de MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 2000; SAMPAIO, Patrícia Maria de Melo. *Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na colônia*. Manaus: EDUA, 2012.

<sup>24</sup> JANCSÓ, István. A Construção dos Estados Nacionais na América Latina. Apontamentos para o estudo do Império como Projeto. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, J. R. do Amaral (Org.) *História econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 1996.

<sup>25</sup> Sobre a Companhia criada por Pombal para essa região, veja de DIAS, Manuel Nunes. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*. São Paulo: Coleção da Revista de História, 1971.

Por todas essas razões, os homens da região estavam acostumados a transitar de um ponto a outro desse território. Desde o século XVII, maranhenses e paraenses precisavam deslocar-se nesse universo para viabilizar seus pleitos políticos nas sedes dos Estados do Maranhão e Grão-Pará ou, a partir de meados do XVIII, do Pará e Maranhão. Da mesma forma, transitavam em razão de recursos jurídicos ou pelo comércio. Esses fluxos criaram coesões identitárias significativas. Basta lembrar, por exemplo, que até Pombal todo o Estado do Maranhão e Grão-Pará tinha como sua fala supra étnica o *nheengatu* ou Língua Geral Amazônica. Segundo Bessa Freire, às vésperas das reformas pombalinas, a disseminação do *nheengatu* por todo o Pará e Maranhão tinha praticamente banido o português nessa região em todos os segmentos sociais, do escravo ao senhor nascido na Europa.<sup>26</sup>

Além de questões culturais e laços históricos comuns, havia algo muito importante que ligava o Pará ao Maranhão, especialmente no começo do XIX: recursos financeiros. Enquanto as reformas pombalinas trouxeram grande enriquecimento ao Maranhão, sobretudo pela exportação de algodão, o Pará continuava tendo uma situação financeira precária que era sanada por contínuos repasses de verba pela capitania vizinha. T tamanha era essa dependência econômica no começo da década de 1820 que várias eram as cartas das autoridades paraenses solicitando o envio de recursos, chegando-se até a enviar um barco para recolher o dinheiro da província vizinha.<sup>27</sup> Esta era uma relação conhecida, tensa entre as partes e que continuou após a independência. Tanto isso é verdade, que deputados maranhenses combateram firmemente a proposta de criação da província do Rio Negro, com o argumento de que esse seria mais um filho para o Maranhão sustentar além do Pará.<sup>28</sup>

De maneira concreta, o Pará não tinha condições políticas ou econômicas de manter o seu destino de maneira isolada, sem considerar o rumo do Maranhão. No entanto, como ficará evidente nas próximas páginas, da mesma forma as autoridades maranhenses preocuparam-se com o desenrolar dos acontecimentos no Pará, não medindo esforços para manter a sintonia nos dois lados da fronteira.

Se esses são os laços mais evidentes e fortes do Pará com outra província, também é verdade que existiam ligações, ainda que mais tênues e erráticas, com o interior do continente, sobretudo com o Mato Grosso e Goiás. Foram várias as tentativas, inclusive

---

<sup>26</sup> FREIRE, José Ribamar Bessa. *Rio Babel: a história das línguas na Amazônia*. Rio de Janeiro: UERJ; Atlântica, 2004.

<sup>27</sup> APEP – Códice 740, doc. 521.

<sup>28</sup> MACHADO, André Roberto de A. Redesenhando caminhos: o papel dos representantes do Grão-Pará na primeira legislatura do Império do Brasil (1826-29). *Almanack Braziliense*, n. 10, p. 75-97, 2009.

durante o Império do Brasil, em fortalecer a comunicação entre Belém e essa região.<sup>29</sup> No período pombalino, por exemplo, há uma ação de grande monta: cerca de um terço dos quase quinze mil escravos africanos desembarcados em Belém pela Companhia Monopolista tinha o Mato Grosso como seu destino.<sup>30</sup> Sem dúvida, não se tratava de um comércio de pequeno volume e certamente exigiu a mobilização de muitos recursos para se viabilizar. Patrícia Sampaio, inclusive retomando algumas conclusões de Sérgio Buarque, lembra que o comércio entre o Pará e Mato Grosso pelo rio Madeira era anterior ao período pombalino e, ainda que tenha sido proibido por alguns anos, foi totalmente liberado desde meados do XVIII. Mais do que isso, Sampaio lembra que o governador Francisco de Souza Coutinho implementou em 1798 um plano audacioso para impulsionar o transporte de mercadorias pelo rio Madeira. Nesse plano, Coutinho criou vilas de apoio para dividir o percurso enfrentado pelas canoas e assim diminuir o impacto dos acidentes naturais no trajeto.<sup>31</sup> Isso estava realmente entre as prioridades do governador, tanto que, um ano antes, Coutinho escreveu um relatório sobre as suas iniciativas em criar fazendas de gados nos limites entre as províncias do centro e o Pará. Também em suas comunicações, deixava clara a sua estratégia de utilizar a rica hidrografia entre essa região e Belém como um meio de impulsionar trocas comerciais.<sup>32</sup>

Ainda que essas ligações não fossem tão fortes como as estabelecidas com o Maranhão, várias cartas e outros documentos demonstram que havia relações de hierarquia entre esses espaços. Por exemplo, durante o Vintismo há cartas da Junta Provisória do Pará relatando que havia negado pedidos de empréstimos da província do Mato Grosso em razão de dívidas anteriores não terem sido quitadas.<sup>33</sup> Percebe-se aqui uma inversão da hierarquia na comparação ao que acontecia com o Maranhão.

Já sobre Goiás, as relações foram ainda mais complexas. No período da independência, o norte de Goiás estabeleceu um governo autônomo em relação ao sul e buscou uma aliança com grupos políticos do Pará para garantir o sucesso do seu projeto de secessão. Há vários indícios e manifestações nesse sentido que eram estimulados por interesses econômicos entre esse grupo na fronteira norte de Goiás e núcleos paraenses. A própria eleição dos deputados do norte de Goiás indica essa proximidade de interesses: um dos eleitos morava em território paraense, mas não assumiu seu posto nas Cortes de Lisboa.

<sup>29</sup> Entre outros, veja de GREGÓRIO, Vitor Marcos. *Uma face de Jano: a navegação do rio Amazonas e a formação do Estado brasileiro (1838-67)*. São Paulo: Anablume, 2012.

<sup>30</sup> BEZERRA NETO, José Maia. *Escravidão negra no Grão-Pará: séculos XVII-XVIII*. Belém: Pakatatu, 2001. p. 28-29.

<sup>31</sup> SAMPAIO, *Espelhos partidos...* op. cit., p. 162-173.

<sup>32</sup> Biblioteca Nacional -RJ (doravante, BN), Seção de Manuscritos, 7, 3, 41. Informação sobre a comunidade e o comércio do Pará para Goias. Pará, 1797.

<sup>33</sup> APEP, Códice 739, doc. 123.

Já o outro eleito foi Joaquim Teotônio Segurado, conhecido por suas iniciativas para integrar o norte de Goiás ao Pará.<sup>34</sup> O Governador de Armas do Pará, o brigadeiro José Maria de Moura, chegou a escrever a Lisboa afirmando que os representantes do norte de Goiás iriam pedir a incorporação dessa província ao Pará, o que demonstrava que no norte essas ações eram acompanhadas atentamente.<sup>35</sup>

Estudos recentes, com uma documentação produzida em Goiás, confirmam como as relações com o Pará foram um fator importante no xadrez político do período. Martha Vieira demonstra que Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, o homem enviado pela cidade de Goiás para reprimir o governo autônomo de São João das Duas Barras, tinha como sua preocupação central impedir a anexação desse território ao Pará e a consequente manutenção dos laços com Lisboa. Retomando textos de Fleury, Martha demonstra que a anexação ao Pará chegou a ser de fato pedida pelos revoltosos do norte de Goiás, caso não lhes dessem um governo autônomo, argumentando-se que os paraenses eram compradores dos produtos goianos e que, através do rio Tocantins, era possível comprar o que precisavam. Completa o quadro a afirmação dessa autora de que, posteriormente, o Rio de Janeiro não concordou com a divisão de Goiás influenciado pela preocupação de que isto poderia fortalecer os laços com os grupos paraenses, vistos com desconfiança.<sup>36</sup>

A seguir, ficará demonstrado como essas relações econômicas, políticas e culturais foram um fator importante no período da independência, entrelaçando questões que eram muito mais amplas que as fronteiras das províncias.

### **O território no xadrez da independência**

Em junho de 1822, chegavam a Belém documentos enviados desde o Rio de Janeiro. Entre eles estava a ordem para cumprir um decreto assinado no começo do ano na Corte carioca que pretendia dar a essa cidade a condição de um centro de “meios e de fins” no Reino do Brasil. Para isso, mandava proceder a escolha de procuradores a serem enviados para aconselhar D. Pedro nas reformas a serem adotadas na América, além de advogar os

<sup>34</sup>BERBEL, *A nação...* op. cit., p. 79-80.

<sup>35</sup>Arquivo Histórico Ultramarino (doravante, AHU), ACL, CU 013, cx. 154, d. 11.817 (projeto Resgate).

<sup>36</sup>VIEIRA, Martha Victor. O movimento separatista do norte goiano (1821-23): desconstruindo o discurso fundador da formação territorial do Tocantins. *Revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais*. UEG, v. 3, n. 1, p. 63-84, 2014. André Nicácio Lima demonstra que as disputas entre os grupos políticos do norte e do sul de Goiás continuaram após a independência, refletindo-se claramente nos resultados eleitorais. LIMA, André Nicácio. *Rusga: formação do Estado, contestação armada e repressão em Mato Grosso (1821-40)*. São Paulo, 2014. Relatório de Qualificação de Doutorado.

interesses da sua província de origem.<sup>37</sup> Esses documentos chegaram através de um navio que já havia ancorado na Bahia, em Pernambuco e no Maranhão, antes de parar em Belém, e trazia cópias para serem distribuídas para várias pessoas na cidade e no interior. De posse dos documentos, a Junta de Governo do Pará decidiu reter todas as cópias e ignorar a ordem vinda do Rio de Janeiro.<sup>38</sup> Posteriormente, a Junta ainda escreveu a Lisboa, não só alegando que era contrária à proposta de D. Pedro, mas que se dirigir a um centro de poder no sul do Brasil não favorecia os interesses do Pará.<sup>39</sup>

A investida do Rio produziu uma reação que permitiu enxergar os contornos mais claros de uma região de influência em torno do Pará, tal como desenhado nas páginas anteriores. Pouco tempo depois da circulação das cartas enviadas com o decreto do Rio de Janeiro, chegaram a Belém ofícios das autoridades de Mato Grosso e Goiás que propunham auxílio mútuo na defesa da fidelidade a Lisboa.<sup>40</sup> No mesmo período, autoridades do governo do Maranhão enviaram cartas para a Junta do Pará narrando o recebimento das mesmas ordens da Corte no Rio de Janeiro, a sua decisão de não obedecer e de reter as cópias.<sup>41</sup>

É muito sintomático que, entre a documentação estudada e no registro de outros historiadores, sejam justamente dessas províncias que surjam correspondências que preveem cooperação e ações conjuntas. Ressalte-se que isso não ficou apenas no campo das palavras, mas se traduziu em ações bastante significativas. Exemplo disso é que o Maranhão criou um correio entre São Luís e Belém, arcando com todos os custos, numa tentativa explícita de coordenar ações mediante a crise do Império Português.<sup>42</sup>

Evidentemente, essa percepção de uma região em alguma medida conectada era mais intuída do que verbalmente descrita. No entanto, em alguns momentos foi explicitada a impossibilidade de seguir um rumo político, frente à crise, ignorando o destino dos territórios vizinhos. Exemplo disso é uma declaração do governo do Maranhão, celebrando a eleição da nova Junta no Pará, texto publicado no terceiro número do periódico *O Paraense*:

Irmãos são todos os portugueses de ambos os mundos. Irmãos são todos os habitantes das diversas províncias do Brasil. Porém, a proximidade dos povos do Pará e dos povos do Maranhão, a identidade de um Clima a outra Clima, a analogia das circunstâncias locais, a força de antigas relações de que antes se constituíram uma única província, tudo isso são razões imprescritíveis para os conservar em

<sup>37</sup> AHU, ACL, CU 013, cx. 152, d. 11.824;

<sup>38</sup> APEP, Códice 742, doc. 61.

<sup>39</sup> AHU, ACL, CU 013, cx. 152, d. 11.827

<sup>40</sup> RAIOL, Domingos Antonio. *Motins políticos ou história dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Belém: UFPA, 1970. p. 24-25; BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. *Compêndio das Eras da Província do Pará*. Belém: UFPA, 1969. p. 344-345.

<sup>41</sup> MUNIZ, P. *Adesão do Grão-Pará à independência*. 2. ed. Belém: Conselho Est. de Cultura, 1973. p. 209-211.

<sup>42</sup> APEP, Códice 740, doc. 582.

vínculo inquebrantável não só irmãos, mas irmãos compatriotas e Cidadãos a quem são comuns todos os votos e todos os interesses.<sup>43</sup>

O texto acima é interessante por duas razões: a primeira é porque demonstra a visualização dessa ligação entre as duas províncias, deixando claro que não só havia uma especificidade entre elas e o conjunto da América, mas sugeria que seu destino deveria ser comum. A segunda razão está diretamente relacionada à primeira: por que o texto foi publicado? Parece claro que para respaldar politicamente a nova Junta, algo que só era relevante porque os agentes políticos do período tinham clareza da dependência, sobretudo econômica, do Pará em relação ao Maranhão.

Parece claro, portanto, que as decisões políticas que iam sendo assumidas na província levavam em conta esse cenário mais amplo, com agentes do Pará e das suas vizinhas atentos ao que acontecia ao redor. Esses eram dados que davam respaldo a projetos políticos para aquela região, alguns mais nítidos, outros mais intuídos. Sem dúvida alguma, nessa linha não houve projeto político mais bem acabado do que aquele elaborado pelo Governador de Armas do Pará, José Maria de Moura. Figura central na política do Pará desde abril de 1822 até o alinhamento ao Rio de Janeiro, em agosto de 1823, Moura entrou para a historiografia clássica como o símbolo da resistência portuguesa à independência. Na maior parte das vezes, foi descrito como um personagem isolado e um tanto quanto fantasioso ao não perceber que, supostamente, defendia uma causa insustentável. Talvez por conta da cristalização dessa percepção de isolamento, historiadores como Geraldo Mártires Coelho, o primeiro a citar o projeto de Moura de buscar apoio em Lisboa para garantir a fidelidade do Pará, Maranhão e suas províncias subordinadas, tenham visto a proposta do Governador de Armas como uma iniciativa pessoal, um suspiro na tentativa de manter o controle português sobre a América.<sup>44</sup> Ao contrário disso, o projeto de Moura é tratado aqui apenas como a expressão mais bem acabada dessa percepção de que havia um bloco de províncias para as quais o seu destino político estava entrelaçado. Exemplo disso é que, como já citado, os aliados da Junta de Governo civil, claramente adversária do brigadeiro Moura, estamparam o apoio do governo maranhense nas páginas do jornal *O Paraense* como forma de dar respaldo a esse poder. Apesar das enormes diferenças entre grupos em luta no Pará, todos sabiam que o destino do Maranhão era uma questão chave para o futuro da província.

---

<sup>43</sup>AHU, ACL, CU 013, Caixa 155, doc. 11.875 (Projeto Resgate). Jornal *O Paraense*, edição n. 3 de 29 de maio de 1822.

<sup>44</sup>COELHO, Geraldo Mártires. *Anarquistas, demagogos e dissidentes: a imprensa liberal no Pará de 1822*. Belém: CEJUP, 1993

A carta do Governador de Armas a Lisboa, em maio de 1822, demonstra como a influência das “rotas de peregrinação” nos desfechos desse período estava longe de ser apenas uma teorização. Para amparar seu pedido de envio de forças armadas por Portugal, Moura insistia que havia relações históricas e econômicas que criavam uma relação de hierarquias, nas quais o Maranhão e o Pará eram cabeças de uma região, atando em torno de si províncias que ele denominava como dependentes, tal como Mato Grosso, Piauí, Ceará e o norte de Goiás. A geografia também era descrita como determinante: desfavorável para as relações com o sul e ao mesmo tempo favorável para aumentar as comunicações no interior do bloco, uma vez que a hidrografia era novamente apontada como promissora para escoar os produtos do interior até os portos como o de Belém. Sempre alegando ter continuamente notícias das províncias do interior do continente, Moura insistia que bastava ter forças militares no Maranhão e no Pará para que toda essa região continuasse fiel a Portugal, território que ele lembrava corresponder a um terço dos domínios lusos na América.<sup>45</sup>

Apesar da expectativa do governador, foi se tornando cada vez mais inviável o plano daqueles que pretendiam manter todo esse grande bloco de províncias sob domínio português. O governo de D. Pedro enviou tropas para o interior do continente com bom sucesso militar. Entre os alvos, estava o norte de Goiás, claramente uma preocupação para o Rio de Janeiro diante da possibilidade de união com os grupos paraenses que não pretendiam se submeter a D. Pedro.<sup>46</sup> Em meados de 1823, essa região já passava ao controle da Corte carioca, época em que as autoridades de Goiás mandaram uma correspondência secreta ao Governador de Armas do Pará. O envio da correspondência das autoridades de Goiás só reforça os argumentos até agora apresentados: deixa claro que, para os homens dessa província, também era evidente a importância do Pará para o seu destino político. Como o inverso igualmente era sabido verdadeiro, a carta destaca o alinhamento de Goiás como um argumento para a inviabilidade da manutenção da fidelidade do Pará a Lisboa.<sup>47</sup> Tratava-se de uma medida diplomática, buscando minar a expectativa dos que ainda julgavam possível resistir às ações do Rio com a preservação de um território no norte e centro do continente. No entanto, as autoridades paraenses reagiram, proibindo o trânsito de canoas para o Mato Grosso e para Goiás.<sup>48</sup>

Com essa situação, claramente, os recursos e as esperanças, daqueles que no Pará apostavam na manutenção de províncias ligadas a Lisboa, centraram-se no Maranhão. Assim,

---

<sup>45</sup>AHU – ACL – CU 013, CX. 154, D. 11.817 (Projeto Resgate).

<sup>46</sup>MOREIRA, Sérgio Paulo. A independência em Goiás. *Revista de História*, n. 94, 1973.

<sup>47</sup>APEP, Códice 671, d. 76.

<sup>48</sup>APEP – Códice 754, doc. 366

quando começou a guerra no Maranhão, com enfrentamento dos grupos a favor e contra o alinhamento ao Rio de Janeiro, as autoridades do Pará buscaram sustentar a posição das autoridades que, àquela altura, permaneciam fiéis ao governo português. Entre outras medidas, o governo paraense enviou carnes para suprir a crise de abastecimento no Maranhão em decorrência da guerra.<sup>49</sup>

Entretanto, os episódios que evidenciam o papel central do Maranhão para os destinos do Pará são aqueles relativos ao envio de tropas em 1823. Àquela altura, a situação interna no Pará já não era confortável, com o acirramento dos ânimos e uma divisão da sociedade muito evidente. Ao contrário do que muitos acreditariam, no entanto, o centro dessa divisão ainda não era entre os que queriam o alinhamento ao Rio de Janeiro e os que desejavam manter-se unidos a Lisboa. Ao contrário, muitos conflitos ocorriam em torno dos diferentes entendimentos sobre o significado do Vintismo no Pará.<sup>50</sup> Em razão dessa tensão, o governador de Armas José Maria de Moura e a Junta de Governo divergiram sob a atitude a tomar mediante a uma solicitação feita pelo governo do Maranhão: em janeiro de 1823, o governo maranhense pediu o envio de duzentos soldados.<sup>51</sup>

O Governador de Armas e a Junta de Governo, respectivamente, o poder civil e o poder militar da província, já tinham se enfrentado várias vezes em torno das suas decisões, cada qual argumentando a Lisboa que o seu posicionamento era a melhor forma de defender a união com Portugal. Nessa ocasião não foi diferente porque a Junta insistiu desde o início que o pedido do Maranhão deveria ser aceito imediatamente, argumentando que salvar a província vizinha era a única forma de manter a paz interna também em território paraense. De modo oposto, Moura dizia que a ação era prejudicial à manutenção da ordem interna no Pará, exigindo que a remessa fosse dividida e que um recrutamento antecederesse o deslocamento dos soldados para o Maranhão. Os conflitos entre o governo civil e o militar acirraram-se, uma vez que a Junta considerou impróprias as condições do Governador de Armas. De um lado, alegava que não se podia esperar o recrutamento, pois era uma questão urgente. De modo complementar, punha em dúvida a conveniência de recrutar tantos homens em um clima de ânimos acirrados.<sup>52</sup>

Dada a importância do Maranhão para o destino do Pará, a posição da Junta prevaleceu: em fevereiro de 1823 foram enviados 124 soldados, prometendo-se o restante assim que o recrutamento atingisse duzentos novos homens. Tanto empenho da Junta a levou

---

<sup>49</sup>APEP – Códice 741, doc. 269.

<sup>50</sup>MACHADO, *A quebra da mola...* op. cit.; COELHO, *Anarquistas ...* op. cit.

<sup>51</sup>APEP – Códice 740, doc. 585.

<sup>52</sup>APEP – Códice 744, doc. 356.

até a fretar um brigue inglês para transportar os soldados.<sup>53</sup> Frente à disputa com o Governador de Armas, a Junta tomou as decisões necessárias e depois escreveu a Lisboa, ao Congresso e ao Rei, buscando justificar sua posição: segundo o governo civil, era necessário salvar o Maranhão por ser essa província “a mais natural amiga” e “verdadeiro antimoral (sic) da segurança do Pará”.<sup>54</sup> Como se vê, a perspectiva da importância do Maranhão para o posicionamento do Pará seguia a linha de raciocínio aqui exposta.

Essa disputa entre o governo civil e o governo militar parece ter sido o auge dos conflitos entre essas autoridades. O governo civil já havia escrito a Lisboa várias vezes reclamando das atitudes do Governador de Armas, sempre dando a entender que este poder pretendia se sobrepor aos demais poderes. Em uma dessas ocasiões, no fim de 1822, a Junta de Governo foi enfática: para ela, a reconciliação com Moura era impossível.<sup>55</sup>

Com exceção da versão criada por Moura, nenhum documento ou relato do período viu nessa disputa um confronto entre os que queriam a fidelidade a Lisboa e os que desejavam se ligar ao Rio de Janeiro. Nos dois campos eram homens que se mantinham fiéis a Portugal, mas que tinham diferentes graus de adesão ao liberalismo agora dominante. No entanto, aos poucos, o poder de Moura vai se sobrepondo às demais autoridades da província, atropelando as instituições do Vintismo e as visões distintas da sua. Em janeiro de 1823, Moura decidiu permanecer no Pará, mesmo com ordem contrária das Cortes. Pouco depois, em março, José Maria de Moura liderou um golpe militar que depôs a Junta que lhe fazia oposição, escolhendo a dedo um novo governo civil. As duas ações tornavam o Vintismo no Pará em letra morta. Essa situação se tornaria ainda mais radicalizada a partir do final de julho de 1823, quando chegou a Belém a notícia de que as Cortes de Lisboa tinham sido dissolvidas e que D. João VI tinha retomado seus poderes absolutos. Isso alterava o equilíbrio de forças na província, já que os liberais fiéis a Lisboa não tinham mais razão para defender o regime português, enquanto o Rio de Janeiro prometia uma constituinte.<sup>56</sup>

Com a extrema fragmentação civil e militar, ganhava ainda mais importância o destino do Maranhão, assim como todos os lados ansiavam por um reforço militar que desequilibrasse a disputa em favor de um dos projetos políticos. Nesse momento, as cartas entre Belém e São Luis são frequentes e, na maior parte das vezes, tratam de um mesmo tema: a expectativa do envio de tropas por Portugal para manter o Maranhão e o Pará sob o seu

---

<sup>53</sup> APEP – Códice 744, doc. 356.

<sup>54</sup> APEP – Códice 742, doc. 108

<sup>55</sup> AHU, ACL, CU 013, cx. 157, d. 11.989.

<sup>56</sup> MACHADO, *A quebra da mola...* op. cit., p. 164-168.

controle.<sup>57</sup> A partir de julho de 1823, a expectativa de reforço militar português também conta com a esperança de que tropas estacionadas na Bahia fossem deslocadas para garantir a manutenção do Pará e Maranhão. Cartas dessa última província eram enviadas a Belém, dando conta de que era monitorada a situação na Bahia todos os dias, na esperança da chegada das tropas.<sup>58</sup>

A partir daí o destino político da província passa a ser um jogo de xadrez, no qual o destino das províncias vizinhas e o reforço militar eram os elementos decisivos. É em torno disso e não de sentimentos de pertencimento que se deve compreender a incorporação do Pará ao Império do Brasil. Um dos melhores exemplos disso talvez seja o livro de memórias de D. Romualdo Seixas, um dos protagonistas dos acontecimentos no Pará no período do Vintismo, ocasião em que chegou a ocupar presidência da Junta de Governo. Na ocasião da publicação das suas memórias, em 1861, Seixas já era o Marquês de Santa Cruz e tinha percorrido uma carreira política de destaque no Parlamento brasileiro. Além disso, era, desde o final da década de 1820, o líder da Igreja Católica no Brasil e, por isso mesmo, um dos homens mais influentes do país. Apesar de ser um dos grandes homens do Império, ao descrever este período, D. Romualdo em nenhum momento mencionou a ansiedade dos paraenses em se ligar ao governo de D. Pedro. Ao contrário, em vários momentos, o texto deixa claro que era difícil encontrar adeptos dessa solução. Talvez na descrição mais surpreendente, D. Romualdo, em plena década de 1860, confessa que ele mesmo demorou a se inclinar a essa possibilidade, sendo que para sua decisão o fator decisivo era saber qual seria o destino da Bahia.<sup>59</sup>

Em razão disso, um momento decisivo deu-se entre os dias 2 e 4 de agosto de 1823. Nesses dias, há uma troca de correspondências secretas entre o governo civil e o governador de Armas do Pará. Nessas cartas, as autoridades mencionavam informações, ainda desconhecidas, que davam conta ora da incorporação do Maranhão ao Império do Brasil, ora da chegada de tropas na província vizinha. O posicionamento dos dois missivistas é idêntico: o governo civil põe em dúvida a possibilidade de manter o Pará ligado a Portugal se o Maranhão capitulou. O Governador de Armas era ainda mais incisivo, dizendo que só era

---

<sup>57</sup>APEP – Códice 743, doc. 101.

<sup>58</sup>APEP – Códice 780, doc. sem número, de 19 de julho de 1823.

<sup>59</sup>SEIXAS, Romualdo. *Memórias do Marquês de Santa Cruz*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1861. p. 25-33.

necessário ter certeza sobre o alinhamento do Maranhão ao Rio de Janeiro, pois se isso era verdade não havia mais o que fazer.<sup>60</sup>

Menos de dez dias depois, em 10 de agosto de 1823, o mercenário inglês John Pascoe Grenfell ancorava nas imediações de Belém. Trazia as notícias de alinhamento do Maranhão ao Rio de Janeiro, provadas pela publicação de periódicos locais. Além disso, dizia dispor de uma grande força militar para utilizar se necessário, sendo que essa última informação não era verdadeira. Também prometia que os paraenses poderiam participar da elaboração de suas próprias leis, como todos os brasileiros, além de garantir os bens dos que aderissem à “causa brasileira”. A vinda de um reforço militar, enviado do Rio de Janeiro, somado à inviabilidade da manutenção de um bloco de províncias unidas a Lisboa são a explicação fundamental da decisão da Junta de Governo em aceitar a incorporação da província ao Império do Brasil, em 11 de agosto de 1823.<sup>61</sup>

Contudo, talvez, um dos lances mais surpreendentes e que tem sido pouco explorado pelos historiadores é que rapidamente o cenário favorável ao alinhamento do Pará ao Rio de Janeiro se desfez. No centro da instabilidade política, que segue até 1825, estava a percepção crescente de que ainda eram viáveis outras alternativas políticas distintas da integração dos paraenses ao Império do Brasil. É nesse cenário que mais uma vez a relação com as províncias vizinhas, sobretudo o Maranhão, torna-se um fator decisivo.

### **O Fantasma da República: novamente, o peso das relações entre as províncias vizinhas**

Em março de 1824, apenas sete meses depois do Pará ter se alinhado oficialmente ao governo de D. Pedro I, as cartas enviadas de Belém para a Corte não eram nada animadoras. De modo geral, todas as correspondências deixavam evidente que era impossível prever o destino político da província naquele momento, especialmente sua fidelidade ao Império nascente. Desde outubro de 1823, insurreições militares e civis foram se espalhando pela província, ganhando contornos de uma guerra civil. Muitas vezes alegando estar lutando pela vitória da “verdadeira causa da independência”, os revoltosos claramente pressionavam pelo estabelecimento de um Estado que não representasse a simples manutenção do *status quo* econômico e social. Para muitos deles, como era comum no período, a ideia de independência

---

<sup>60</sup>APEP – Códice 744, doc. 468; MUNIZ, Palma. Grenfell na História do Pará: 1823-24. *Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará*. Belém: Instituto Lauro Sodré, 1926. t. 10, p. 23.

<sup>61</sup>MACHADO, A *quebra da mola...* op. cit., p. 170-176.

estava relacionada a grandes mudanças, uma revolução.<sup>62</sup> A incapacidade do governo para manter o controle na província ficou evidente entre o final de fevereiro e o começo de março de 1824. É nesse momento que o mercenário inglês Grenfell deixa a província com as suas forças, causando alvoroço inclusive entre os estrangeiros que residiam em Belém.<sup>63</sup> Poucos dias depois, o governo de Belém escreveu cartas para a Corte fazendo vários pedidos. Entre os mais urgentes, claro, estava o envio de tropas. Mas constava também não só a solicitação de dinheiro do Rio de Janeiro para enfrentar a situação, mas igualmente pedia-se a interferência para que o Maranhão repassasse 40 contos, tal como o governo do Pará estava acostumado desde o período de controle português. Sem contar com tropas e com dinheiro do Rio de Janeiro, o cenário descrito era caos: todas as cartas apontavam para a ruína da província.<sup>64</sup>

Uma coisa evidente, ao longo de 1824, é que as dificuldades para manter o controle na província avolumavam-se à medida que novos fatos estimulavam alguns grupos no Pará a acreditar na viabilidade de outros desfechos políticos para além da integração ao Império do Brasil. Uma questão central foi a crescente expectativa do envio de tropas por Portugal visando retomar seus domínios americanos. Para além dos recorrentes boatos e notícias que circulavam sobre isso em todo o Império, obrigando a Corte a tomar medidas militares preventivas, particularmente esse era um assunto recorrente no Pará. Entre outros meios, ao longo de 1824 foi ficando cada vez mais intenso o envio de cartas de portugueses na Europa a parentes no Pará dando notícias de uma esquadra que estava sendo aprontada com a missão de reconquistar a América. Como se sabe, essa força militar jamais foi enviada, mas a especulação em torno disso gerou tanto medidas concretas de preparação militar para enfrentar a ameaça que se julgava certa, como entusiasmou grupos ainda esperançosos em reverter a situação na província.<sup>65</sup>

Outra questão que contribuiu para a instabilidade política no Pará e a incerteza sobre o seu destino político foi a mudança de cenário nas províncias vizinhas, que voltava a deixar dúvidas sobre a fidelidade dessas ao Rio de Janeiro. Nesse contexto, as movimentações em torno da Confederação do Equador tiveram um significado muito mais amplo do que costumamos acreditar. Em geral, relacionamos a Confederação isoladamente a Pernambuco, desconsiderando-se, por exemplo, a grande importância que teve o Ceará nesse processo,

---

<sup>62</sup> Evidentemente, isso não era uma situação isolada no Pará. Ao contrário, Mathias Röhrig Assunção descreve uma situação semelhante no Maranhão, com grande movimentação de homens pobres, de escravos e índios, motivados pela ideia de que a independência como revolução ainda não tinha se esgotado. ASSUNÇÃO, Mathias R. Miguel Bruce e os "horrores da anarquia" no Maranhão (1822-27). In: JANCSÓ (Org.) *Independência...* op. cit.

<sup>63</sup> MACHADO, *A quebra da mola...* op. cit., cap. 4.

<sup>64</sup> APEP, Códice 756, doc. 677; MUNIZ, *Grenfell...* op. cit., p. 222.

<sup>65</sup> MACHADO, *A quebra da mola...* op. cit., cap. 4.

inclusive como ponta de lança na tentativa de captar novas províncias. Na verdade, a Confederação do Equador mirava uma grande região, avaliando laços históricos, econômicos e facilidades de comunicação para viabilizar esse projeto. O Pará esteve sempre entre as províncias que receberam documentos dos Confederados chamando para a sua união os "habitantes das províncias do norte do Brasil".<sup>66</sup> Marcelo Galves, retomando uma carta de Tristão Araripe, então presidente do Ceará, mostra o que para esse eram as províncias do norte que se pretendia integrar na Confederação: a vasta região da Bahia ao Pará.<sup>67</sup>

Na historiografia sobre o Pará, a Confederação do Equador é quase sempre citada repetindo-se os episódios descritos no final do século XIX por Domingos Antonio Raiol no livro *Motins Políticos*: nessa versão, a Confederação do Equador teria sido um fator de desestabilização na província desde o início de 1824, especificamente a partir de abril, quando a famosa Escuna Camarão teria trazido novamente a Belém alguns personagens conhecidos. Esses homens, entre eles Marcos Antonio Rodrigues Martins, teriam vindo do Recife buscando espalhar notícias da Confederação e conquistar adeptos no Pará. Ainda na versão de Raiol, vendo que seus planos tinham dado errado e temendo a repressão, os aliados dos republicanos prenderam os membros da Junta de Governo. Em *Motins Políticos* afirma-se que se tinha como certa a adesão do Pará à Confederação no dia primeiro de maio, ideia que só foi abortada pela chegada de José de Araújo Roza, o novo presidente enviado pela Corte.<sup>68</sup>

Apesar de muito repetida, essa versão tem vários problemas. O primeiro e mais evidente é que em maio de 1824 não havia um posicionamento pela Confederação do Equador nem mesmo no Recife, não sendo demais lembrar que os manifestos que explicitam a ruptura com o Rio de Janeiro só serão feitos a partir de julho.<sup>69</sup> Outra questão importante é que Raiol, que compila muitos documentos em sua obra, não deixou explícito aqui a fonte em que se baseou. Por outro lado, nessa pesquisa não se encontrou documentos do período que confirmem essa versão. Ao contrário disso, há relatos importantes que esvaziam esse sentido atribuído por Raiol. Nessa direção, em uma das primeiras cartas do novo presidente à Corte, em junho de 1824, a prisão dos membros da Junta foi relatada apenas como um episódio das

<sup>66</sup> APEP, Códice 789, doc. 80.

<sup>67</sup> GALVES, Marcelo Cheche. Os "republicanos" do Maranhão: independência, confederação do Equador e a construção do Estado Imperial. In: GALVES, Marcelo Cheche; COSTA, Yuri (Org.). *O Maranhão oitocentista*. São Luís: Editora UEMA, 2009. p. 24-25.

<sup>68</sup> RAIOL, *Motins políticos...* op. cit., p. 79-80.

<sup>69</sup> Há uma polêmica sobre o momento em que a ideia da Confederação do Equador realmente toma corpo. Sobre isso veja de MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Editora 34, 2004. cap. 5; BERNARDES, Denis A. de Mendonça. Pernambuco e o Império (1822-24): sem constituição soberana não há União. In: JANCSÓ, István. *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo: Hucitec, 2003. p. 219-249.

lutas entre facções no Pará.<sup>70</sup> Cinco anos depois, em 1829, o episódio é novamente retomado por Araújo Rozo em sua defesa durante um processo movido contra ele no Rio de Janeiro e, mais uma vez, não é feita uma relação entre a prisão dos membros da Junta e a Confederação do Equador.<sup>71</sup> Por fim, vale retomar o livro de memórias de D. Romualdo Seixas, que em 1824 foi um dos aprisionados com os membros da Junta. Ao descrever esses acontecimentos, Seixas não tinha porque poupar seus inimigos históricos, como Felix Malcher, futuramente o primeiro presidente durante a Cabanagem. Ao invés disso, porém, Seixas descreve sua prisão e dos demais membros da Junta sem mencionar qualquer relação com a Confederação do Equador, reduzindo-se a ver nessas ações a maldade de homens como Malcher.<sup>72</sup>

O mais provável é que a prisão da Junta fosse mais um capítulo de disputa entre os grupos no Pará restrito a questões pontuais, como o acesso a cargos públicos e às oportunidades que se abriam com o novo cenário político, algo já bem demonstrado por José Alves Souza Jr.<sup>73</sup> Nesta direção, supõe-se que Raiol tenha vinculado a prisão dos membros da Junta à Confederação do Equador baseado em relatos posteriores, quando a acusação de republicanismo passou a ser utilizada no Pará, a exemplo do que ocorreu no Maranhão, para atingir os adversários políticos. É nessa direção que se deve entender outra carta escrita pelo presidente Rozo, aí já em agosto de 1824, quando muda a sua narrativa e menciona a existência de republicanos vindos na Escuna Camarão. Na ocasião, diz que, não podendo pacificá-los desde a sua chegada, terminara agora por prendê-los e enviá-los à Corte.<sup>74</sup>

A pouca credibilidade que se pode dar a esses eventos e a sua ligação com os republicanos não significa de maneira alguma que a Confederação do Equador não tenha tido impacto no Pará. Pelo contrário, a sua importância foi muito maior do que a atribuída por Raiol, já que esse autor a reduziu a um movimento que foi rapidamente abortado. Em estudo recente, Adilson Brito demonstrou que as informações sobre a Confederação do Equador tinham um caminho aberto até o Pará através da fronteira com o Maranhão, chegando a localizar o envio de proclamações e de jornais dos rebeldes para vilas do interior paraense. Brito tem razão em identificar o Maranhão como o grande elemento de desestabilização do Pará em relação à Confederação do Equador, mas certamente exagerou ao atribuir revoltas na região de Bragança e Turiaçu a conexões ou aspirações com a Confederação, uma vez que a

---

<sup>70</sup> APEP, Códice 797, doc. 02.

<sup>71</sup> IHGB, lata 291, livro 1. José de Araújo Rozo. Cópia dos autos originais do processo do ex-presidente da Província do Pará, José de Araújo Rozo, 1829.

<sup>72</sup> SEIXAS, *Memórias*.... op. cit.

<sup>73</sup> SOUZA JR., José Alves. *Constituição ou revolução: os projetos políticos para a emancipação do Grão-Pará e a atuação política de Filipe Patroni (1820/23)*. 1997. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Campinas, Campinas, 1997.

<sup>74</sup> APEP, Códice 797, doc. 07.

documentação disponível não oferece elementos concretos para essa afirmação, a não ser a constatação do fluxo intenso de moradores do Maranhão para essa parte do Pará.<sup>75</sup>

A despeito desse último reparo, a verdade é que o espectro da república gerou em território paraense uma instabilidade muito mais longa do que a frequentemente admitida, percorrendo quase todo o ano de 1824. Por um lado, como se verá, era evidente que circularam pela província vários documentos e cartas divulgando a Confederação, muitas vezes sem ser possível descobrir ao certo quem eram os indivíduos que as estavam recebendo.<sup>76</sup> Nessa direção, ainda hoje é difícil precisar qual era o posicionamento político de alguns personagens do Pará em relação ao que estava acontecendo em Pernambuco e Ceará. Talvez a melhor explicação, e isso será desdobrado adiante, é que alguns desses homens esperaram os desdobramentos da Confederação, tanto para se posicionar contra e só então executar possíveis repressões, como não deixando de considerá-la como uma possibilidade política.

Visto em perspectiva, não resta dúvida que o maior impacto da Confederação do Equador no Pará deu-se pela dificuldade em perceber qual seria o destino do Maranhão nesse novo arranjo político que se vislumbrava, dúvida que perpassou grande parte de 1824. A importância do Maranhão na conjuntura paraense ganhava força em meio a um cenário de guerra que se alastrava pela província, sem qualquer sinal de ajuda do Rio de Janeiro, fosse em dinheiro ou tropas. Além da conhecida dependência econômica do Pará em relação ao Maranhão, ainda se deve destacar que a partir da conflagração da sua ruptura com o Rio de Janeiro, o governo de Pernambuco ofereceu ajuda militar para as províncias que viessem a integrar a Confederação.

No entanto, esse cenário era de muitas interrogações. Essa zona nebulosa sobre o destino do Maranhão começava por uma peça-chave: como menciona Marcelo Galves, até hoje é um debate entre os historiadores no Maranhão se o então presidente da província, Miguel dos Santos Freire e Bruce, era um simpatizante do ideal republicano e se pretendia se unir à Confederação do Equador. Independentemente da veracidade ou não do republicanismo do presidente Bruce, era quase impossível não conhecer no Império as dúvidas que pairavam sobre a sua conduta. Nesse sentido, Marcelo Galves mostra que os adversários de Bruce lograram êxito em colar na sua imagem a acusação de republicano não só no Maranhão, mas também em jornais editados na Corte. Nessa direção, um dos jornais da Corte que fez

---

<sup>75</sup> BRITO, Adilson Junior Ishihara. *"Viva a Liberte!"*: cultura popular, revolução e sentimento patriótico na independência do Grão-Pará, 1790-1824. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008. p. 265-298.

<sup>76</sup> Como exemplo, veja APEP, Códice 789, doc. 81.

campanha aberta contra Bruce foi o Diário Fluminense, no contexto de combate geral à Confederação.<sup>77</sup> Vale salientar que é uma edição desse mesmo Diário Fluminense, rebatendo ponto por ponto o "Projeto de Governo para as Províncias Confederadas", que foi enviado pela Corte para Belém no intuito de combater a propaganda republicana.<sup>78</sup>

Não resta dúvida que a ascensão de Bruce no contexto da disputa pelo controle da província entre a sua família, a dos Burgos e dos Belforts – a famosa "Guerra dos três Bês"<sup>79</sup> – gerou inimigos poderosos e que a acusação de republicanismo era gravíssima. A despeito de possíveis exageros e manipulações nas acusações contra Bruce, é evidente que algumas de suas decisões foram favoráveis ao espraiamento das ideias republicanas. Exemplo disso foi o fato do jornal do governo maranhense ter publicado uma proclamação dos rebeldes do Ceará sem acompanhar qualquer nota de censura.<sup>80</sup> Mesmo cartas trocadas entre particulares do Maranhão para o Rio de Janeiro dão conta da crença generalizada na província de que Bruce mantinha reuniões para acordar sua aliança com os confederados.<sup>81</sup>

Contudo, e esse parece ser o ponto mais importante, as dúvidas sobre o posicionamento dos maranhenses em relação à Confederação ou ao republicanismo iam muito além da desconfiança em torno das intenções do presidente Bruce. Em uma carta de julho de 1823, portanto anterior ao alinhamento do Maranhão ao governo do Rio de Janeiro, Bernardo José de Abrantes e Castro tentou mapear ao seu interlocutor as divisões políticas na província. Além dos que pretendiam continuar ligados a Portugal, Castro sugere que, entre os que lutavam pela independência, existia um número expressivo que não desejava a ligação com o Rio de Janeiro, mas a formação de uma República.<sup>82</sup> Ainda mais significativa é outra carta, essa escrita no auge da crise de 1824 e das desconfianças contra Bruce. O texto de João Paulo Dias Carneiro, um senhor local, é uma recusa a aliar-se a um grupo que pretendia depor Miguel Bruce sob a acusação de estar inclinado à Confederação do Equador. Em uma clareza impressionante, Carneiro afirma que, em tempos tão conturbados, o correto seria seguir a maioria e que, se Bruce pretendia proclamar a República, isso não era um problema, pois

---

<sup>77</sup> GALVES, Marcelo. Os "republicanos" do Maranhão: independência, confederação do Equador e a construção do Estado Imperial. In: GALVES; COSTA (Org.). *O Maranhão...* op. cit., p. 26-31.

<sup>78</sup> APEP, Códice 686, docs. 154 e 155.

<sup>79</sup> MEIRELLES, Mario. *História da Independência do Maranhão*. São Luis: Arte Nova, s. d., p. 121-132.

<sup>80</sup> *Ibid.*, cap. 11.

<sup>81</sup> SILVA, Luis Antonio Vieira da. *História da Independência da província do Maranhão, 1822-28*. Rio de Janeiro: Cia Editora Americana, 1972. p. 196-99 (doc. 83).

<sup>82</sup> Biblioteca Nacional, II, 32,20,7 - Maranhão, Administração e Política. Ofício do Dr. Bernardo José de Abrantes e Castro remetendo ao Marquês de S..., uma exposição sobre a situação partidária do Maranhão na época da independência. 26 de julho de 1823.

também era o desejo da maior parte dos maranhenses.<sup>83</sup> Essa desconfiança de que a simpatia pela Confederação não estivesse restrita no Maranhão a Miguel Bruce só piorou quando se passou a acusar também os opositores de presidente, concentrados na Junta Expedicionária de Itapecuru, de se encontrar e negociar com os Confederados. No período, a reação dos opositores de Bruce foi a de que o presidente passava a acusar os seus adversários de republicanos quando percebeu que a repressão destruiria o movimento em Pernambuco e no Ceará. No entanto, há documentos que comprovam o efetivo contato entre a Junta Expedicionária e os Confederados. Para este artigo, talvez, ainda mais importante que o efetivo contato dos republicanos com os opositores de Bruce seja o diagnóstico feito por um dos emissários do Ceará: para ele, o quadro no Maranhão era tão confuso que se tornava muito difícil saber ao certo quem eram os aliados dos Confederados.<sup>84</sup> Para aqueles que nutriam dúvidas sobre o destino do Maranhão, ainda contribuía alguns detalhes que hoje deixam evidente a resistência política duradoura ao alinhamento ao Rio de Janeiro. Marcelo Galves percebe essa questão, por exemplo, na realização das festas públicas. Nesse sentido, Galves lembra que é apenas em 1826, depois do reconhecimento português da independência brasileira, que se tem no Maranhão uma festa de aclamação ao Imperador.<sup>85</sup>

O Pará era bombardeado com informações e tentativas de convencimento de todos os lados. A importância da província nesse jogo político pode ser medida, inclusive, pelo fato do presidente do Maranhão ter se encarregado de escrever cartas às autoridades paraenses com o objetivo justamente de convencê-los de que a Junta de Itapecuru era aliada da Confederação.<sup>86</sup> Essa era uma situação que tornava ainda mais confuso no Pará qualquer prognóstico sobre o destino do Maranhão. Situação que certamente ficou ainda mais delicada em setembro de 1824, quando o Senado da Câmara de Belém recebeu vários jornais de Pernambuco e Ceará e outros materiais dos Confederados. Existiam dois problemas nesse acontecimento: o primeiro é que essa carta tinha chegado pelo correio oficial, passando por várias províncias sem resistência, inclusive o Maranhão. Se a revolução parecia ter batido à porta, isso ganhava ainda maior complexidade por não se saber ao certo quem mais tinha

---

<sup>83</sup> Apud ASSUNÇÃO, *Miguel Bruce...* op. cit.; SILVA, *História da Independência...* op. cit., p. 207-209 (doc. 93).

<sup>84</sup> SILVA, *História da Independência...* op. cit., p. 212-218 (docs. 96 e 97).

<sup>85</sup> GALVES, Marcelo Cheche. "Aderir", "jurar" e "aclamar": O Império no Maranhão (1823-1826). *Almanack*, n. 1, 2011. Na mesma linha, Galves lembra que a comemoração do alinhamento da província ao governo do Rio de Janeiro teve demonstrações públicas muito mais tímidas quando comparadas a eventos do mesmo tipo ocorridos no Maranhão. GALVES, Marcelo Cheche. Os "republicanos" do Maranhão: independência, confederação do Equador e a construção do Estado Imperial. In: GALVES; COSTA (Org.). *O Maranhão...* op. cit., p. 16-17.

<sup>86</sup> APEP, Caixa 30, série 13, doc. 24.

recebido os textos dos Confederados, só se tendo a certeza que eles tinham sido distribuídos a várias pessoas na província.<sup>87</sup>

A ligação do destino político do Pará ao que ocorria no norte do Brasil e, sobretudo, no Maranhão fica evidente pelo longo silêncio em relação ao que estava acontecendo. A acusação que se fez comum no Maranhão – de que o Presidente Bruce só se posicionou claramente contra a Confederação quando ela estava derrotada – poderia ser facilmente aplicada às autoridades do Pará. É bem verdade que na chegada das já citadas cartas dos confederados, em setembro de 1824, o governo do Pará remeteu a correspondência ao Rio de Janeiro e chegou a prender alguns indivíduos sob a acusação de simpatia aos republicanos.<sup>88</sup> No entanto, a remessa das cartas ao Rio era uma atitude mais do que esperada de um governo nomeado pela Corte. Ao mesmo tempo, é necessário lembrar que os prisioneiros feitos em setembro só saíram da província a partir do final de 1824. É apenas nesse momento que se teve certeza não só da derrota dos Confederados de Pernambuco e do Ceará, mas também havia informações de que o Maranhão estava sob intervenção do mercenário inglês Cochrane.

Essa sincronia da repressão exercida no Pará pode ser facilmente verificada: as primeiras prisões executadas pelo presidente Rozo foram feitas em meados de julho de 1824. Fazia exatamente um mês que se tinha expedido do litoral de Pernambuco cartas do mercenário John Taylor tanto a autoridades em São Luis, como em Belém. Nessas cartas, Taylor dizia que estava fazendo um severo bloqueio do Recife, onde já estava faltando uma série de mantimentos, prevendo uma rendição total em duas semanas. Claramente querendo intimidar aqueles que recebiam as cartas, Taylor ainda afirmava que estava se planejando uma força militar ainda maior no Rio de Janeiro para reprimir os rebeldes do Recife, por se recusarem a dar posse ao presidente nomeado pela Corte.<sup>89</sup> Apesar de todo o terror, tratava-se de um blefe. No dia seguinte, Taylor deixou o Recife em direção ao Rio, pois as notícias de que Portugal pretendia atacar a América obrigaram a Corte a reforçar sua segurança.<sup>90</sup> Apesar disso, dois pontos são importantes: em primeiro lugar, o cuidado de Taylor em enviar cartas a São Luis e Belém deixa claro como eram vistos como parte integrante do que estava acontecendo no norte e que precisavam ser dissuadidos em relação ao possível sucesso dos rebeldes. O outro ponto é que em julho, Rozo provavelmente não tinha como saber do blefe

---

<sup>87</sup> APEP, Códice 789, doc. 81.

<sup>88</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. O Grão-Pará e Maranhão. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (Org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. t. 2, v. 2.

<sup>89</sup> APEP, Caixa 30, série 13, doc. sem número.

<sup>90</sup> QUINTAS, Amaro. A agitação republicana no nordeste. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (Org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 231-132. t.1, v. 1.

de Taylor e, acreditando na derrota dos republicanos, tratou de prender alguns homens sob a acusação de serem simpáticos ao sistema de Pernambuco. Entre outros, foi preso o brigadeiro José Inácio Borges, a quem Rozo simplesmente negou a posse de Governador de Armas, acumulando ilegalmente os governos civis e militares na província.<sup>91</sup>

Após essa ação e a descoberta do blefe de Taylor, claramente, as ações de repressão a possíveis simpatizantes dos Confederados arrefeceram. Isso foi parcialmente retomado apenas em setembro, logo após a chegada a Belém das já citadas cartas contendo material dos republicanos do Ceará e Pernambuco. Nessa ocasião, foi preso o Cônego Batista Campos em uma embarcação. Protagonista político da província desde o Vintismo até às vésperas da Cabanagem, Campos tinha acabado de retornar da Corte, onde respondera a uma série de acusações. No período do Vintismo, Campos tinha se notabilizado como um dos redatores do periódico *O Paraense*, com críticas ácidas especialmente ao Brigadeiro Moura, então governador de Armas, e a grupos mais conservadores da província.<sup>92</sup> Tido como uma liberal radical, imagem que se consolidará ao longo de sua atuação na imprensa do Pará até a Cabanagem,<sup>93</sup> Campos agora era acusado de, no seu retorno, ter descido no Recife e de fazer propaganda desse sistema na província. Até mesmo historiadores como Raiol põem em dúvida essa ação, alegando que o maior problema eram as contínuas críticas do Cônego ao acúmulo de poderes do presidente. Nesse ponto, um fator importante a lembrar é que o presidente Rozo já reclamava para a Corte do retorno de Campos à província antes mesmo dele chegar, deixando claro que eram inimigos políticos por questões anteriores. Independentemente disso, o que importa aqui é que, apesar da prisão, Rozo não teve coragem de deportar Batista Campos naquele contexto confuso, imprevisível.<sup>94</sup> Assim, Batista Campos ficou em uma embarcação, preso e incomunicável, por meses a fio.

Significativamente, o presidente só tomará uma atitude mais drástica no momento em que os cenários em Pernambuco e até mesmo no Maranhão já estavam mais definidos. Em novembro de 1824, após derrotar os Confederados em Pernambuco, parte das forças comandadas pelo mercenário inglês Cochrane estacionou no Maranhão, local em que estivera pouco mais de um ano antes, como um dos fatores determinantes para o alinhamento da província ao governo do Rio de Janeiro. Logo na sua chegada, Cochrane nomeou a si próprio

---

<sup>91</sup> RAIOL, *Motins políticos...* op. cit, p. 83-92.

<sup>92</sup> COELHO, *Anarquistas...* op. cit.

<sup>93</sup> MACHADO, André Roberto de A. O fiel da Balança: o papel do parlamento brasileiro nos desdobramentos do golpe de 1831 no Grão-Pará. *Revista de História*, São Paulo, n. 164, 2011.

<sup>94</sup> *Ibid.*

como governador de armas e, uma semana depois, obrigou tanto os opositores de Bruce quanto as forças do governo a deporem as armas.<sup>95</sup>

No Pará, acompanhavam-se esses desdobramentos. Já de outubro vinham cartas do Maranhão informando a derrota dos Confederados em Pernambuco.<sup>96</sup> Certamente não tardou a informação de que o Maranhão estava sob intervenção de Cochrane e, portanto, impedido de sair da órbita do Rio de Janeiro. Aumenta essa certeza a incrível sincronia entre ações repressivas no Maranhão e no Pará. A grande "virada" contra os supostos republicanos dá-se na noite de natal de 1824: no Maranhão, Bruce é deposto por Cochrane. Já no Pará, uma desastrosa insubordinação de poucos militares, ridicularizada em seu potencial até por historiadores do XIX –, dá motivos para que o presidente acuse Batista Campos de conspirar um golpe republicano e faça uma série de prisões contra seus inimigos históricos, entre eles Felix Malcher. Todos esses indivíduos deixam a província no começo de 1825, seguindo para o Maranhão sob o controle de Cochrane, de onde partiriam depois para a Corte.<sup>97</sup>

Sem dúvida, uma pergunta recorrente é sobre a real simpatia dos acusados em relação aos Confederados ou ao republicanismo. Em outras palavras, qual a força real que isso teve no Maranhão e no Pará? É uma pergunta difícil de responder. Todos os acusados no Pará, incluindo Batista Campos, foram absolvidos na Corte.<sup>98</sup> Diga-se de passagem, que o mesmo ocorreu com o ex-presidente do Maranhão, Miguel Bruce.<sup>99</sup> Mas se sabe que isso não significava necessariamente que esses homens não nutrissem simpatias pelo movimento pernambucano, ainda mais em um cenário que a Corte sistematicamente absolvía acusados nas províncias, numa tentativa reiterada de estabelecer alianças com os grupos locais.

Um exemplo de como essa questão é complexa pode ser vista a partir de Batista Campos. Como não poderia se esperar diferente, na década de 1820 Campos rebateu qualquer sugestão de que teria atuado no Pará seguindo orientações de Pais de Andrade, o líder da Confederação em Pernambuco. Já na década de 1830, quando a campanha pelo federalismo estava na pauta das reformas constitucionais, houve uma sensível mudança. Em 1834, às vésperas da Cabanagem, o jornal *Sentinela Maranhense, na Guarita do Pará* – ligado a Campos – fazia um aberto elogio aos Confederados, como Araripe e Caneca, e os comparava

---

<sup>95</sup> MEIRELLES, *História da Independência...* op. cit., p. 144-148.

<sup>96</sup> APEP, Caixa 30, série 13, doc. 25.

<sup>97</sup> REIS, *O Grão-Pará...* op. cit., p. 96-97.

<sup>98</sup> MACHADO, *A quebra da mola...* op. cit., p. 273.

<sup>99</sup> GALVES, Marcelo Cheche. Os "republicanos" do Maranhão: independência, confederação do Equador e a construção do Estado Imperial. GALVES, Marcelo. Os "republicanos" do Maranhão: independência, confederação do Equador e a construção do Estado Imperial. In: GALVES; COSTA (Org.). *O Maranhão...* op. cit., p. 33.

ao Cônego.<sup>100</sup> O próprio redator – Lavor Papagaio – tinha entre suas credenciais públicas a participação na Confederação no Ceará. Na maior parte das publicações, especialmente as escritas por Batista Campos, foi tomado o cuidado de rejeitar o republicanismo, mas reivindicar o federalismo.<sup>101</sup> No último número do *Sentinela Maranhense*, no entanto, Batista Campos já era apresentado como "Republicano Federalista por essência". E para combater uma pouco crível acusação de que Campos era um restaurador, um aliado do ex-imperador D. Pedro, o *Sentinela* retomava os eventos da Confederação. Dizia nessa ocasião que Campos tinha rejeitado na Corte o compromisso de se esforçar para barrar o movimento da Confederação em troca de um bispado, sugerindo assim que a simpatia do Cônego pelos republicanos tinha sido verdadeira.<sup>102</sup>

A leitura do *Sentinela* sugere que, na década de 1830, já sem a pressão do processo que se abriu contra ele na Corte, Batista Campos pode contar a verdade. No entanto, uma carta de Batista Campos ao então Ministro da Justiça, Clemente Ferreira França, põe mais essa versão em xeque. A carta foi escrita por Campos em 22 de dezembro de 1824, na embarcação em que estava preso no Pará desde setembro, pouco antes da aquartelada do natal que daria pretexto a Roza para apertar a repressão. A carta tem, na sua maior parte, trechos mais do que esperados: a afirmação de fidelidade ao Imperador, a insistência de que recusou todos os convites para se alinhar aos republicanos ao passar pelo Recife, além de uma série de acusações contra o Presidente da Província, que era apontado como um tirano por exercer os poderes civis e militares contra as leis do Império. No entanto, há dois trechos surpreendentes: no devaneio de acusar todos seus opositores de republicanos, Campos chega a lembrar do Governador de Armas do período do Vintismo, o já citado Brigadeiro Moura, alegando que seu interesse em manter a união com Portugal era apenas uma mentira para encobrir sua real intenção, que era a de criar uma república com a união do Pará e Maranhão. Apesar desta afirmação beirar o risível, chama a atenção o fato de que o Maranhão seja novamente colocado como uma parte estratégica para vislumbrar qualquer futuro para o Pará. No entanto, a parte mais importante dessa carta é que Batista Campos afirma que não pode enviar comunicações de Pernambuco, mas que havia enviado uma carta da Bahia para o Ministro. Mais do que isso: a carta enviada da Bahia era a prova de que Campos tinha cumprido, segundo suas palavras, o compromisso assumido com o ministério e com o próprio Imperador

---

<sup>100</sup> Biblioteca Nacional, PR SOR 4750. A *Sentinela Maranhense*, na Guarita do Pará, n. 59. Para um contexto desses episódios, ver MACHADO, André Roberto de A. As reformas em sentido federal: a atuação dos representantes do Grão-Pará no Parlamento e as expectativas na província em torno do Ato Adicional. *Revista de Estudos Amazônicos*, v. 4, p. 53-98, 2009.

<sup>101</sup> *IHGB* – PER 32.14 – *O Publicador Amazoniense*. Edição de 4 de fevereiro de 1833.

<sup>102</sup> Biblioteca Nacional, PR SOR 4750. A *Sentinela Maranhense*, na Guarita do Pará, n. 60.

de deixar a Corte informada sobre a situação política das províncias do norte pelas quais o Cônego passaria até chegar ao Pará.<sup>103</sup>

Como entender essas sucessivas contradições? Parece que seria um erro acreditar em uma única versão. O mais provável, e aqui se chega ao cerne da questão, é que esses homens estavam jogando com várias cartas na manga. Entre os fatores então considerados, como demonstrado ao longo do artigo, estavam as relações entre as províncias vizinhas. Entretanto, o que decide o destino político desses homens é a viabilidade dos projetos e não a fidelidade a um projeto puro, seja monárquico, republicano, ligado ao Rio, a Lisboa ou pensando outras formas de organização política na América. Nesse sentido, após a derrota da Confederação do Equador, em 1825, Lisboa reconhece a independência do Império do Brasil. É também nessa época que Belém passa a exercer maior controle na província com a derrota dos rebeldes no interior que vinham agitando o Pará desde o final de 1823. É com a inviabilidade de outros projetos de futuro que o Pará vai se assentando como uma província do Império do Brasil.

---

<sup>103</sup> Arquivo Nacional, IJJ9 – 567 – Correspondência do Presidente do Pará com o Ministério do Reino e Império (1808-1875), em 22 de dezembro de 1824.